UNIVERSIDADE ESTADUAL DA REGIÃO TOCANTINA DO MARANHÃO
PROGRAMA DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES CAMINHOS DO SERTÃO
CURSO DE PEDAGOGIA LICENCIATURA

CAMILA LIMA OLIVEIRA FERNANDES

A RELAÇÃO ESCOLA-FAMÍLIA NO PROCESSO DE APRENDIZAGEM NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL

Itinga do Maranhão
2026

CAMILA LIMA OLIVEIRA FERNANDES

A RELAÇÃO ESCOLA-FAMÍLIA NO PROCESSO DE APRENDIZAGEM NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Pedagogia Licenciatura, da Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão (UEMASUL), do Programa de Formação de Professores Caminhos do Sertão, como requisito para obtenção de título de Licenciado em Pedagogia.

Orientador: Prof. Me. José Heber de Souza Aguiar

Itinga do Maranhão
2026

F363r

Fernandes, Camila Lima Oliveira

A relação escola-família no processo de aprendizagem nos anos iniciais do ensino fundamental. / Camila Lima Oliveira. – Itinga do Maranhão, MA, 2026.

27 f.

Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Pedagogia) Programa de Formação de Professores Caminhos do Sertão – Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão – UEMASUL, Imperatriz, MA, 2026.

1. Escola-família. 2. Aprendizagem. 3. Corresponsabilidade educativa. 4. Anos iniciais. I. Título.

CDU 37

Ficha elaborada pelo Bibliotecário: **Clemilda Izaias Santos CRB – 13/988**

CAMILA LIMA OLIVEIRA FERNANDES

A RELAÇÃO ESCOLA-FAMÍLIA NO PROCESSO DE APRENDIZAGEM NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Pedagogia Licenciatura, da Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão (UEMASUL), do Programa de Formação de Professores Caminhos do Sertão, como requisito para obtenção de título de Licenciado em Pedagogia.

Orientador: Prof. Me. José Heber de Souza Aguiar

APROVADO EM: 05 /06 /2026

BANCA EXAMINADORA

gov.br Documento assinado digitalmente
JOSE HEBER DE SOUZA AGUIAR
Data: 15/06/2026 15:12:36-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Prof. Me. José Heber de Souza Aguiar

gov.br Documento assinado digitalmente
DAMIAO KENNEDY SILVA
Data: 15/06/2026 14:34:19-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Prof. Esp. Damião Kennedy Silva

gov.br Documento assinado digitalmente
REMY PEREIRA DE SALES
Data: 13/06/2026 10:08:26-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Prof. Me. Remy Pereira de Sales

RESUMO

O presente artigo analisa a relação entre escola e família no processo de aprendizagem nos anos iniciais do Ensino Fundamental, considerando a corresponsabilidade educativa como elemento estruturante da formação do estudante. Partiu-se da problematização acerca de como a articulação entre essas instâncias influencia o desempenho acadêmico e o desenvolvimento integral da criança. A pesquisa caracteriza-se como qualitativa, de natureza bibliográfica e documental, fundamentada na análise de obras clássicas e contemporâneas da área educacional, bem como em documentos normativos, como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e a Base Nacional Comum Curricular. A técnica de análise adotada foi a análise de conteúdo, que possibilitou a organização das discussões em categorias temáticas relacionadas à função social da escola e da família, aos impactos da participação familiar na aprendizagem e aos desafios estruturais contemporâneos dessa relação. Os resultados indicam que a participação familiar, quando articulada a práticas escolares dialógicas e inclusivas, contribui para o fortalecimento da motivação, da autoestima acadêmica e do desempenho escolar. Conclui-se que a consolidação dessa parceria depende de ações institucionais planejadas, gestão democrática e reconhecimento das especificidades socioculturais da comunidade escolar.

Palavras-chave: Escola-família; Aprendizagem; Anos iniciais; Corresponsabilidade educativa.

ABSTRACT

This article analyzes the relationship between school and family in the learning process during the early years of Elementary Education, considering shared educational responsibility as a structuring element in student development. The study is grounded in the problematization of how the articulation between these spheres influences academic performance and the child's holistic development. The research is characterized as qualitative, with a bibliographic and documentary approach, based on the analysis of classic and contemporary works in the field of education, as well as normative documents such as the Brazilian National Education Guidelines and Framework Law and the National Common Core Curriculum. Content analysis was adopted as the analytical technique, enabling the organization of discussions into thematic categories related to the social role of the school and the family, the impacts of family participation on learning, and contemporary structural challenges inherent to this relationship. The results indicate that family participation, when aligned with dialogical and inclusive school practices, contributes to strengthening motivation, academic self-esteem, and school performance. It is concluded that the consolidation of this partnership depends on planned institutional actions, democratic management, and recognition of the sociocultural specificities of the school community.

Keywords: School-family relationship; Learning; Early years; Shared educational responsibility.

Dedico este TCC, que marca a finalização do meu curso de nível superior, aos meus familiares e amigos.

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao meu Deus que é um ser de infinita bondade e porque sem Ele nada em minha vida seria aconteceria.

A minha mãe, por nunca medir esforços para me proporcionar na medida do possível, a melhor educação.

Ao meu pai, por ter assumido o papel de provedor com responsabilidade.

Aos meus filhos Kemilly, Kevilly e Pedro que são a minha razão de vida.

Ao meu esposo Marcos por ser principalmente, o amigo de todas as horas.

Aos meus amigos, porque se constituíram família que Deus me permitiu escolher.

Aos professores do curso de Pedagogia da Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão - UEMASUL, por terem se dedicado ao máximo durante suas aulas. Seus ensinamentos marcarão para sempre a minha trajetória de vida.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO 9
2 METODOLOGIA 11
2.1 Etapas de Desenvolvimento da Pesquisa 11
2.1.1 Delimitação do tema e do problema de pesquisa 11
2.1.2 Levantamento bibliográfico e documental 12
2.1.3 Leitura exploratória, seletiva e analítica 12
2.1.4 Análise e categorização dos dados 12
2.1.5 Interpretação e sistematização dos resultados 13
2.2 Considerações Éticas 13
3 RESULTADOS E DISCUSSÃO 14
3.1 A Função Social da Escola e da Família na Formação do Sujeito 16
3.2 A Participação da Família e seus Impactos no Processo de Aprendizagem 17
3.3 Desafios Contemporâneos na Relação Escola e Família 19
3.4 Contribuições da LDB e da BNCC para o Fortalecimento da Relação Escola-Família **21**
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS 24
REFERÊNCIAS 26

1 INTRODUÇÃO

A educação constitui-se como prática social historicamente construída, vinculada aos processos de formação humana, transmissão cultural e organização da vida coletiva. Nesse sentido, não pode ser compreendida como responsabilidade exclusiva da instituição escolar, mas como um processo que envolve múltiplos agentes sociais, entre os quais a família ocupa posição central. Conforme afirma Freire (1996), educar é um ato político e dialógico, que se constrói na relação entre sujeitos e no reconhecimento da dimensão ética da formação humana. Assim, a aprendizagem escolar não ocorre de maneira isolada, mas se desenvolve em constante interlocução com os contextos sociais e familiares nos quais o estudante está inserido.

Nos anos iniciais do Ensino Fundamental, essa interlocução torna-se ainda mais significativa. Trata-se de uma etapa marcada pela consolidação da alfabetização, pelo desenvolvimento das competências cognitivas básicas e pela formação de hábitos de estudo e convivência social. De acordo com Libâneo (2013), a escola desempenha a função de sistematizar o conhecimento historicamente produzido, organizando-o de modo intencional e pedagógico; entretanto, o êxito desse processo depende, em grande medida, das condições sociais e do acompanhamento familiar oferecido à criança. A aprendizagem, portanto, não pode ser reduzida a uma ação unilateral da escola, mas deve ser compreendida como resultado de uma corresponsabilidade educativa.

A legislação educacional brasileira reconhece explicitamente essa dimensão compartilhada. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB nº 9.394/1996 estabelece que a educação é dever da família e do Estado, sendo promovida e incentivada com a colaboração da sociedade (Brasil, 1996). De modo complementar, a Base Nacional Comum Curricular – BNCC reforça a importância do fortalecimento dos vínculos entre escola e família, reconhecendo que o desenvolvimento integral do estudante depende de práticas educativas articuladas (Brasil, 2017). Esses dispositivos normativos evidenciam que a parceria entre escola e família não é apenas desejável, mas constitui princípio estruturante da política educacional brasileira.

Entretanto, apesar do reconhecimento legal e teórico da importância dessa relação, observa-se, no cotidiano escolar, a existência de desafios que fragilizam a participação familiar no processo de aprendizagem. Mudanças na configuração das famílias, jornadas extensas de trabalho, desigualdades socioeconômicas e dificuldades de comunicação institucional são fatores que podem impactar negativamente o acompanhamento escolar das crianças. Paro

(2012) destaca que a gestão democrática pressupõe a participação efetiva da comunidade escolar, mas essa participação precisa ser construída de maneira consciente e mediada pela própria instituição, não podendo ser entendida como responsabilidade exclusiva das famílias.

Diante desse cenário, torna-se pertinente problematizar: de que maneira a relação entre escola e família influencia o processo de aprendizagem nos anos iniciais do Ensino Fundamental? Partindo dessa questão, o presente estudo tem como propósito analisar, à luz da literatura educacional e dos documentos oficiais, a importância da articulação entre essas duas instâncias formativas, compreendendo seus impactos no desempenho escolar, na motivação e na formação integral do estudante.

A relevância da pesquisa justifica-se tanto no plano científico quanto no plano social. Do ponto de vista acadêmico, contribui para a ampliação do debate acerca da corresponsabilidade educativa, fundamentando a discussão em referenciais teóricos consolidados e em normativas vigentes. No âmbito social, oferece subsídios reflexivos para a prática pedagógica, auxiliando profissionais da educação na construção de estratégias que fortaleçam o vínculo com as famílias e promovam melhores condições de aprendizagem.

Metodologicamente, o estudo caracteriza-se como uma pesquisa de natureza qualitativa, desenvolvida por meio de revisão bibliográfica e análise documental. Foram considerados como documentos oficiais a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e a Base Nacional Comum Curricular, bem como obras e artigos científicos que discutem a função social da escola, o papel da família e os impactos da participação familiar no desempenho escolar. A análise fundamenta-se na interpretação crítica desses materiais, buscando identificar categorias temáticas que evidenciem os elementos estruturantes da relação escola-família.

O artigo organiza-se em quatro seções principais, além desta introdução, segue a metodologia que detalha cada uma das etapas de desenvolvimento do trabalho. Na sequência, apresenta-se a fundamentação teórica, na qual se discutem a função social da escola e da família, os impactos da participação familiar na aprendizagem e os desafios contemporâneos dessa relação. Por fim, são apresentadas as considerações finais, nas quais se retomam os objetivos propostos e apontam possíveis desdobramentos para pesquisas futuras acerca da temática.

2 METODOLOGIA

A presente pesquisa caracteriza-se como um estudo de natureza qualitativa, desenvolvido por meio de abordagem bibliográfica e documental. A opção pela perspectiva qualitativa fundamenta-se na necessidade de compreender e interpretar a relação entre escola e família no processo de aprendizagem a partir de seus significados sociais, legais e pedagógicos, considerando o contexto histórico e cultural em que se insere. Conforme aponta Gil (2019), a pesquisa qualitativa possibilita analisar fenômenos educacionais complexos, priorizando a interpretação crítica e contextualizada, em detrimento da mensuração estatística.

No que diz respeito aos procedimentos técnicos, a pesquisa enquadra-se como bibliográfica, uma vez que se fundamenta no exame de produções acadêmicas previamente publicadas, incluindo livros, artigos científicos e documentos oficiais. Conforme destacam Lakatos e Marconi (2017), esse tipo de pesquisa possibilita ao pesquisador dialogar com diferentes referenciais teóricos, identificar aproximações conceituais entre os autores e sistematizar conhecimentos relacionados ao objeto de investigação. Ademais, o estudo assume caráter documental, ao analisar legislações e diretrizes educacionais que orientam e regulamentam a corresponsabilidade entre escola e família no âmbito da educação básica.

2.1 Etapas de desenvolvimento da pesquisa

O desenvolvimento da investigação ocorreu de forma sistemática, organizado em cinco etapas complementares. Essa divisão foi fundamenta para o desenvolvimento do estudo. Essa divisão facilitou a leitura e a construção dos elementos seguintes deste artigo.

2.1.1 Delimitação do Tema e do Problema de Pesquisa

Inicialmente, realizou-se a definição do tema “A relação escola-família no processo de aprendizagem nos anos iniciais do Ensino Fundamental”, bem como a delimitação do problema de pesquisa, orientado pela seguinte questão central: de que maneira a articulação entre escola e família influencia o processo de aprendizagem nos anos iniciais do Ensino Fundamental? Essa etapa permitiu estabelecer os objetivos do estudo e direcionar as escolhas metodológicas subsequentes.

2.1.2 Levantamento Bibliográfico e Documental

Na segunda etapa, procedeu-se ao levantamento das fontes bibliográficas e documentais pertinentes ao objeto de estudo. Foram selecionadas produções acadêmicas de autores clássicos e contemporâneos que discutem a função social da escola, o papel da família no desenvolvimento do sujeito, a participação parental e as desigualdades educacionais. Paralelamente, foram analisados documentos normativos da educação brasileira, com destaque para a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB nº 9.394/1996 e a Base Nacional Comum Curricular - BNCC (Brasil, 2017), por constituírem referenciais legais que fundamentam a corresponsabilidade educativa.

Os critérios de seleção das fontes incluíram: relevância teórica e científica; pertinência temática; reconhecimento acadêmico dos autores; e atualidade das publicações, priorizando-se trabalhos dos últimos dez anos, sem desconsiderar obras clássicas essenciais à fundamentação conceitual.

2.1.3 Leitura Exploratória, Seletiva e Analítica

Após o levantamento das fontes, realizou-se uma leitura exploratória dos materiais com o objetivo de identificar conteúdos relacionados à temática. Em seguida, procedeu-se à leitura seletiva, visando destacar trechos e conceitos diretamente relacionados ao problema de pesquisa. Por fim, desenvolveu-se a leitura analítica, etapa em que os textos foram examinados de maneira aprofundada, permitindo a identificação de categorias temáticas recorrentes na literatura.

2.1.4 Análise e Categorização dos Dados

A análise dos materiais bibliográficos e documentais fundamentou-se na técnica de análise de conteúdo, conforme proposta por Bardin (2016). Essa técnica foi aplicada em três momentos:

- Análise prévia, com organização do corpus de estudo;
- Exploração do material, mediante identificação de unidades de sentido e categorias temáticas;

- Tratamento e interpretação dos resultados, articulando os achados com os referenciais teóricos e os objetivos da pesquisa.

A partir desse processo, as categorias analíticas foram organizadas em três eixos centrais:

- Corresponsabilidade entre escola e família na formação do sujeito;
- Impactos da participação familiar no processo de aprendizagem;
- Desafios contemporâneos da relação escola-família no contexto educacional.

2.1.5 Interpretação e Sistematização dos Resultados

Na etapa final, os dados analisados foram interpretados de forma crítica, buscando estabelecer relações entre os diferentes autores, os documentos normativos e o problema de pesquisa. Essa sistematização possibilitou a construção da seção de resultados e discussão, articulando teoria, legislação e análise reflexiva acerca da relevância da parceria entre escola e família nos anos iniciais do Ensino Fundamental.

2.2 Considerações éticas

[1]Considerando que este estudo se caracteriza como uma pesquisa de natureza bibliográfica e documental, sem a realização de coleta de dados junto a seres humanos, não se fez necessária a submissão do trabalho a um Comitê de Ética em Pesquisa. Destaca-se que todas as fontes consultadas são de domínio público e foram corretamente referenciadas, atendendo aos princípios da ética acadêmica e do rigor científico.

[1] Conforme Resolução CNS nº 510/2016, pesquisas exclusivamente bibliográficas e documentais não necessitam de apreciação por Comitê de Ética.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A escola e a família configuram-se como instituições sociais fundamentais no processo de inserção do indivíduo na vida em sociedade, exercendo papéis complementares na formação humana e educacional. Ambas compartilham a responsabilidade pela socialização, pela construção de valores e pelo desenvolvimento cognitivo, afetivo e moral das crianças, especialmente nos anos iniciais do Ensino Fundamental. Tal corresponsabilidade é reconhecida legalmente pela legislação educacional brasileira, que atribui à família, à escola e à sociedade o dever de assegurar o direito à educação como condição essencial para o pleno desenvolvimento do sujeito (Brasil, 1996).

Nessa perspectiva, a educação não pode ser compreendida como uma atribuição isolada, restrita ao cumprimento formal de direitos e deveres institucionais, mas como um compromisso ético e social que envolve relações de cooperação e diálogo entre família e escola. O processo formativo do indivíduo está diretamente relacionado ao reconhecimento de sua historicidade, singularidade e inserção em contextos socioculturais diversos, o que exige ações educativas pautadas no respeito, na mediação pedagógica e na construção coletiva do conhecimento (Freire, 1996; Saviani, 2011).

De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a educação básica tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança em seus aspectos físicos, psicológicos, intelectuais e sociais, complementando a ação da família e da comunidade (Brasil, 1996). Essa concepção amplia o entendimento sobre o papel da escola, que deixa de ser apenas um espaço de transmissão de conteúdos e passa a assumir uma função social mais abrangente, articulada às vivências familiares e comunitárias dos estudantes. A Base Nacional Comum Curricular reforça essa orientação ao destacar a necessidade de práticas educativas que considerem o contexto de vida das crianças e promovam aprendizagens significativas desde os primeiros anos de escolarização (Brasil, 2017).

O desenvolvimento humano ocorre ao longo de toda a vida e é resultado da interação entre fatores biológicos, sociais e culturais. Estudos da área educacional e sociológica demonstram que os sujeitos nascem com potencial para aprender, o qual se realiza por meio das interações que estabelecem com o meio social (Berger; Luckmann, 2014; Giddens, 2002). Desde os primeiros anos, a criança constrói conhecimentos por meio da linguagem, da socialização e da mediação exercida por adultos significativos, como pais, responsáveis e

professores. Esses processos constituem a base do desenvolvimento intelectual e social, sendo continuamente ampliados pelas experiências escolares e familiares.

Nesse sentido, a aprendizagem escolar deve ser compreendida como parte de um processo contínuo e dinâmico de construção do conhecimento, que se desenvolve de forma progressiva e integrada à trajetória de vida do estudante. Quando dificuldades de aprendizagem se manifestam, é necessário compreendê-las de maneira contextualizada, considerando não apenas fatores individuais, mas também aspectos familiares, escolares e socioculturais. A compreensão e o enfrentamento dessas dificuldades demandam intervenções pedagógicas planejadas e, muitas vezes, o apoio de profissionais especializados, em articulação com a família, a fim de evitar rupturas no processo educativo (Dessen; Polonia, 2007; Libâneo, 2013).

A participação da família no contexto escolar constitui um fator relevante para o sucesso acadêmico e para o desenvolvimento integral do estudante. Pesquisas indicam que o envolvimento familiar contribui para o fortalecimento da motivação, da autoestima acadêmica e do desempenho escolar, desde que ocorra de forma colaborativa e respeitosa, considerando as condições objetivas das famílias (Epstein, 2011; Souza; Sarmento, 2018). A escola, por sua vez, deve criar estratégias institucionais que favoreçam essa aproximação, por meio de uma gestão democrática e de práticas pedagógicas que valorizem a escuta e a participação dos diferentes atores educativos (Paro, 2012; Nóvoa, 2019).

Entretanto, as transformações socioeconômicas e culturais da sociedade contemporânea têm impactado significativamente a dinâmica familiar e as formas de participação dos pais na educação dos filhos. A intensificação das jornadas de trabalho, as exigências do mercado e as mudanças nos arranjos familiares impõem desafios à presença cotidiana da família na vida escolar das crianças. Esses fatores, no entanto, não anulam a importância do envolvimento parental, mas reforçam a necessidade de novas formas de interação entre escola e família, baseadas na corresponsabilidade e no reconhecimento das especificidades socioculturais de cada comunidade escolar (Oliveira; Marinho; Araújo, 2010; Giddens, 2002).

Assim, fortalecer a relação escola e família implica compreender a educação como um processo coletivo e socialmente construído, no qual ambos os contextos atuam de maneira integrada na promoção de aprendizagens significativas e na formação de cidadãos críticos e participativos. Tal articulação exige ações institucionais intencionalmente planejadas, fundamentadas em princípios democráticos, éticos e inclusivos, capazes de responder aos desafios contemporâneos da educação básica, especialmente nos anos iniciais do Ensino Fundamental.

3.1 A Função Social da Escola e da Família na Formação do Sujeito

A compreensão da relação entre escola e família exige, inicialmente, o entendimento da função social atribuída a cada uma dessas instituições no processo formativo. A educação não se restringe ao espaço escolar, mas constitui um fenômeno social mais amplo, que envolve múltiplas instâncias de socialização. Nesse contexto, a família configura-se como o primeiro núcleo de formação do sujeito, sendo responsável pela transmissão de valores, normas, hábitos e referências culturais que estruturam a identidade da criança.

Segundo Berger e Luckmann (2014), o processo de socialização primária ocorre no interior da família, onde o indivíduo internaliza os significados fundamentais da vida social. É nesse espaço que a criança estabelece suas primeiras relações afetivas, aprende regras de convivência e constrói percepções sobre autoridade, responsabilidade e pertencimento. Assim, a base do desenvolvimento emocional e social do estudante é fortemente influenciada pelo ambiente familiar.

Entretanto, embora a família desempenhe papel essencial na formação inicial, é na escola que o conhecimento sistematizado e historicamente produzido é organizado de maneira intencional e pedagógica. Libâneo (2013) destaca que a escola possui a função específica de mediar o acesso aos saberes científicos, culturais e artísticos acumulados pela humanidade, garantindo a formação intelectual do educando. Diferentemente da socialização espontânea vivenciada na família, a escolarização é orientada por objetivos didáticos, curriculares e avaliativos.

Freire (1996) contribui para essa reflexão ao afirmar que a educação é prática de liberdade e deve promover a formação crítica do sujeito. Para o autor, tanto a família quanto a escola são espaços de diálogo e construção de sentidos, sendo indispensável que haja coerência entre os valores vivenciados nesses ambientes. Quando ocorre ruptura entre as experiências familiares e escolares, o processo formativo pode tornar-se fragmentado e contraditório.

No ordenamento jurídico brasileiro, a corresponsabilidade educativa está explicitamente prevista. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional estabelece que a educação é dever da família e do Estado, devendo ser promovida com a colaboração da sociedade (Brasil, 1996). Essa formulação normativa reforça que a formação do estudante não é atribuição exclusiva da escola, mas resulta da articulação entre diferentes esferas sociais.

A Base Nacional Comum Curricular - BNCC também reconhece a importância da integração entre escola e família ao enfatizar o desenvolvimento integral do estudante, contemplando dimensões cognitivas, emocionais, sociais e éticas (Brasil, 2017). Tal perspectiva amplia o entendimento de aprendizagem para além do desempenho acadêmico, incorporando aspectos relacionados à convivência, autonomia e responsabilidade.

Paro (2012), ao discutir a gestão democrática da escola pública, argumenta que a participação da comunidade escolar, incluindo as famílias, não deve ser meramente formal ou burocrática, mas efetiva e dialógica. Para o autor, a democratização da escola implica reconhecer os responsáveis pelos estudantes como sujeitos do processo educativo, capazes de contribuir para decisões pedagógicas e administrativas. Contudo, essa participação não ocorre espontaneamente; ela depende de políticas institucionais que favoreçam o diálogo e superem relações hierarquizadas.

É importante destacar que a função social da escola não se limita à transmissão de conteúdo. Conforme Saviani (2011), a escola desempenha papel estratégico na democratização do acesso ao conhecimento científico, especialmente em contextos marcados por desigualdades sociais. Nesse sentido, quando a família enfrenta limitações culturais ou socioeconômicas, a escola assume responsabilidade ainda maior na mediação do saber sistematizado. Todavia, isso não significa substituir a família, mas estabelecer uma parceria que minimize os impactos das desigualdades estruturais.

A articulação entre escola e família, portanto, deve ser compreendida como complementar e não competitiva. Enquanto a família oferece suporte afetivo, valores e acompanhamento cotidiano, a escola organiza o ensino de maneira estruturada e intencional. A ausência de diálogo entre essas instâncias pode comprometer o desenvolvimento integral do estudante, gerando conflitos de expectativas e fragilizando o processo de aprendizagem.

Desse modo, a função social da escola e da família converge para um objetivo comum: a formação integral do sujeito. Contudo, essa convergência exige comunicação constante, reconhecimento mútuo de responsabilidades e construção de práticas colaborativas. A compreensão teórica dessa corresponsabilidade constitui fundamento essencial para analisar, nas seções seguintes, os impactos concretos da participação familiar no desempenho escolar nos anos iniciais do Ensino Fundamental.

3.2 A participação da Família e seus Impactos no Processo de Aprendizagem

A discussão acerca da participação da família no processo educativo ultrapassa o campo do senso comum e insere-se em uma perspectiva teórica e empírica consolidada na literatura educacional. A aprendizagem escolar, especialmente nos anos iniciais do Ensino Fundamental, não se desenvolve de forma dissociada do contexto familiar, mas é influenciada por fatores como acompanhamento das atividades, estímulo à leitura, estabelecimento de rotinas e valorização da escola.

Bourdieu (2011) contribui significativamente para essa análise ao introduzir o conceito de capital cultural, compreendido como o conjunto de disposições, conhecimentos, habilidades linguísticas e práticas culturais transmitidas no ambiente familiar. Para o autor, a escola tende a valorizar determinados códigos culturais que nem sempre são igualmente distribuídos entre as famílias, o que pode gerar desigualdades no desempenho escolar. Nesse sentido, a participação familiar não se limita à presença física na escola, mas envolve a construção de um ambiente doméstico favorável ao desenvolvimento intelectual.

Complementando essa perspectiva, Epstein (2011) propõe um modelo de envolvimento parental estruturado em diferentes dimensões, como comunicação escola-família, apoio às atividades escolares em casa, participação em decisões institucionais e colaboração comunitária. Segundo a autora, quando essas dimensões são fortalecidas, observa-se melhora no desempenho acadêmico, na frequência escolar e na motivação dos estudantes. O envolvimento parental, portanto, não é um fator periférico, mas um elemento estruturante da qualidade educacional.

No contexto brasileiro, pesquisas recentes têm demonstrado correlação entre acompanhamento familiar e resultados escolares positivos. Dessen e Polonia (2007) já apontavam que o diálogo constante entre pais e escola contribui para maior segurança emocional da criança e melhor adaptação ao ambiente escolar. Estudos mais recentes reforçam que práticas como acompanhamento das tarefas, incentivo à leitura e monitoramento da rotina escolar estão associadas a melhores índices de aprendizagem, especialmente na fase de alfabetização (Souza; Sarmento, 2018).

Nos anos iniciais, a presença da família assume papel ainda mais decisivo, pois é nesse período que se consolidam as bases da leitura, da escrita e do raciocínio lógico. A criança em fase de alfabetização necessita de estímulos constantes e de reforço positivo, aspectos que dependem, em grande medida, do ambiente familiar. Conforme destaca Oliveira e Marinho-Araújo (2010), o suporte emocional oferecido pelos responsáveis influencia diretamente a autoestima acadêmica e a disposição da criança para enfrentar desafios escolares.

Entretanto, é preciso evitar uma visão simplista que atribua exclusivamente à família a responsabilidade pelo sucesso ou fracasso escolar. Paro (2012) alerta para o risco de culpabilização das famílias, especialmente aquelas em situação de vulnerabilidade social. A participação familiar deve ser compreendida como processo construído coletivamente, mediado pela escola e condicionado por fatores estruturais, como jornada de trabalho, escolaridade dos responsáveis e acesso a recursos culturais.

Nesse sentido, a literatura contemporânea tem enfatizado a necessidade de políticas e práticas institucionais que promovam o engajamento parental de forma inclusiva e respeitosa. Conforme argumenta Nóvoa (2019), a escola precisa estabelecer relações de confiança com as famílias, reconhecendo suas especificidades e evitando posturas hierarquizadas. A construção de uma parceria efetiva depende de comunicação clara, abertura ao diálogo e valorização da diversidade cultural presente na comunidade escolar.

Além do impacto no desempenho acadêmico, a participação familiar contribui para a formação socioemocional do estudante. A Base Nacional Comum Curricular (Brasil, 2017) destaca o desenvolvimento de competências socioemocionais, como responsabilidade, empatia e autonomia, que são fortalecidas quando há coerência entre as práticas educativas da escola e os valores vivenciados no ambiente doméstico. A articulação entre essas instâncias favorece a construção de um projeto formativo integrado.

Portanto, a participação da família no processo de aprendizagem não pode ser reduzida à presença em reuniões escolares ou assinatura de comunicados. Trata-se de um conjunto de práticas cotidianas, interações simbólicas e disposições culturais que influenciam diretamente o desempenho e a trajetória escolar da criança. Quando escola e família estabelecem uma relação colaborativa, baseada em diálogo e corresponsabilidade, criam-se condições mais favoráveis para o desenvolvimento integral do estudante.

Dessa forma, compreender os impactos da participação familiar implica reconhecer tanto suas potencialidades quanto seus limites estruturais. Essa análise será aprofundada na próxima seção, ao discutir os desafios contemporâneos que permeiam a relação entre escola e família no contexto educacional atual.

3.3 Desafios Contemporâneos na Relação Escola e Família

A consolidação de uma parceria efetiva entre escola e família, embora amplamente defendida no campo educacional, enfrenta desafios significativos no contexto contemporâneo.

As transformações sociais, econômicas e culturais das últimas décadas impactaram profundamente a organização familiar, as dinâmicas de trabalho e as formas de participação na vida escolar, exigindo novas estratégias de articulação entre essas instâncias.

Um dos principais desafios refere-se às mudanças na configuração das famílias. A pluralidade de arranjos familiares monoparentais, extensivos, reconstituídos, entre outros evidencia que não há um modelo único de organização doméstica. Segundo Giddens (2002), a modernidade promoveu reconfigurações nas relações familiares, ampliando a diversidade de estruturas e redefinindo papéis sociais. Nesse cenário, a escola precisa reconhecer essa pluralidade e evitar pressupostos normativos que desconsiderem as diferentes realidades vivenciadas pelos estudantes.

Além disso, as condições socioeconômicas influenciam diretamente a possibilidade de acompanhamento escolar. Famílias submetidas a jornadas extensas de trabalho ou a contextos de vulnerabilidade social frequentemente enfrentam dificuldades para participar de reuniões, acompanhar tarefas ou manter diálogo constante com a instituição escolar. Bourdieu (2011) destaca que as desigualdades de capital cultural e econômico repercutem na relação com a escola, podendo gerar distanciamento ou insegurança por parte dos responsáveis.

Outro aspecto relevante diz respeito à comunicação institucional. Muitas vezes, a escola adota linguagem técnica ou procedimentos burocráticos que dificultam o engajamento das famílias. Paro (2012) argumenta que a gestão democrática não se concretiza apenas por meio de normas formais, mas requer construção de espaços reais de escuta e participação. Quando a comunicação é unilateral ou impositiva, reforçam-se barreiras simbólicas que fragilizam a parceria educativa.

A pandemia de COVID-19 evidenciou, de maneira contundente, os limites e as potencialidades da relação escola–família. Durante o período de ensino remoto, a presença dos responsáveis tornou-se ainda mais central no acompanhamento das atividades escolares. Estudos recentes apontam que as desigualdades digitais e a falta de suporte tecnológico ampliaram disparidades no acesso à aprendizagem (Cunha; Silva; Silva, 2020). Esse contexto revelou a importância do diálogo constante e da cooperação, mas também expôs fragilidades estruturais já existentes.

Outro desafio contemporâneo consiste na tendência à responsabilização excessiva da família pelo desempenho escolar. Em algumas situações, dificuldades de aprendizagem são atribuídas exclusivamente à falta de acompanhamento doméstico, desconsiderando fatores pedagógicos e institucionais. Saviani (2011) adverte que a escola possui responsabilidade

própria na organização do ensino e não pode transferir integralmente às famílias a tarefa de garantir o sucesso acadêmico. A corresponsabilidade não implica substituição de funções, mas cooperação equilibrada.

É necessário considerar, ainda, o impacto das tecnologias digitais nas relações educativas. A comunicação entre escola e família passou a ocorrer, com frequência, por meio de aplicativos de mensagens e plataformas virtuais. Embora essas ferramentas ampliem a possibilidade de contato, também podem gerar sobrecarga informacional e conflitos decorrentes de interpretações equivocadas. Nóvoa (2019) ressalta que a construção de confiança exige diálogo estruturado e mediação pedagógica adequada, não se limitando à troca rápida de informações.

Diante desses desafios, torna-se evidente que a aproximação entre escola e família não ocorre de forma automática. Requer planejamento institucional, formação docente voltada para a mediação com a comunidade e políticas públicas que considerem as condições concretas das famílias brasileiras. A construção de uma parceria sólida demanda reconhecimento das diferenças culturais, sensibilidade social e compromisso ético com a formação integral do estudante.

Portanto, compreender os desafios contemporâneos da relação escola-família é fundamental para evitar análises simplificadoras. A efetividade dessa parceria depende de ações intencionais, diálogo permanente e reconhecimento mútuo de responsabilidades. Ao identificar essas tensões, o presente estudo avança para a seção seguinte, na qual são apresentadas as contribuições da LDB e da BNCC para o fortalecimento da relação escola-família.

3.4 Contribuições da LDB e da BNCC para o Fortalecimento da Relação Escola-Família

A legislação educacional brasileira estabelece fundamentos essenciais para compreender a corresponsabilidade entre escola e família no processo de aprendizagem. Como o próprio texto deste trabalho já afirma, “a legislação educacional brasileira reconhece explicitamente essa dimensão compartilhada” e destaca que a educação é dever da família, do Estado e da sociedade (Brasil, 1996, p. 1). Essa formulação, presente na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB nº 9.394/1996), reforça que a formação do estudante não pode ser compreendida como tarefa exclusiva da escola, mas como um processo articulado entre diferentes instâncias sociais.

A LDB, ao definir em seu Art. 2º que a educação visa ao “pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (Brasil, 1996), evidencia que tais objetivos só podem ser alcançados mediante a cooperação entre escola e família. Essa perspectiva dialoga com Freire (1996), para quem a educação é prática dialógica e política, exigindo relações horizontais entre os sujeitos envolvidos no processo formativo. Assim, a legislação sustenta a compreensão de que a participação familiar não é apenas desejável, mas necessária para que a aprendizagem se efetive de forma integral.

Além disso, o Art. 12 da LDB determina que as escolas devem “articular-se com as famílias e a comunidade” (Brasil, 1996), o que implica a criação de estratégias institucionais que favoreçam a comunicação, o acompanhamento escolar e a participação dos responsáveis. Paro (2012) reforça essa exigência ao afirmar que a gestão democrática pressupõe a presença ativa da comunidade escolar, incluindo as famílias, em processos decisórios e pedagógicos. Dessa forma, a legislação e a literatura convergem ao reconhecer que a escola deve assumir papel protagonista na promoção dessa aproximação.

A Base Nacional Comum Curricular - BNCC amplia essa discussão ao enfatizar o desenvolvimento integral do estudante e a necessidade de práticas pedagógicas que considerem o contexto sociocultural das crianças. O documento afirma que a aprendizagem deve ser significativa e conectada às experiências de vida dos estudantes, o que exige diálogo constante com as famílias (Brasil, 2017). Essa orientação está alinhada às contribuições de Berger e Luckmann (2014), que compreendem a família como núcleo central da socialização primária, responsável pela formação das primeiras referências culturais e afetivas da criança.

Ao reconhecer a diversidade sociocultural das famílias brasileiras, a BNCC também se aproxima das análises de Bourdieu (2011), ao indicar que as desigualdades de capital cultural influenciam o desempenho escolar. Nesse sentido, a escola deve desenvolver práticas que valorizem os saberes familiares e evitem a reprodução de desigualdades, promovendo ações inclusivas e dialógicas. Nóvoa (2019) reforça que a escola contemporânea precisa construir redes de cooperação com as famílias, reconhecendo-as como parceiras legítimas do processo educativo.

Assim, tanto a LDB quanto a BNCC fornecem bases normativas que legitimam e orientam a relação escola-família, reafirmando que a aprendizagem nos anos iniciais depende de práticas colaborativas, comunicação efetiva e reconhecimento das especificidades socioculturais da comunidade escolar. Como já destacado neste trabalho, a consolidação dessa parceria depende de ações institucionais planejadas, gestão democrática e reconhecimento das

especificidades socioculturais da comunidade escolar. Dessa forma, os documentos legais não apenas fundamentam teoricamente a corresponsabilidade educativa, mas também orientam práticas concretas que fortalecem o processo de aprendizagem.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa teve como objetivo analisar, à luz da literatura educacional e de documentos normativos, a importância da relação entre escola e família no processo de aprendizagem nos anos iniciais do Ensino Fundamental. Partindo da problematização acerca de como essa articulação influencia o desempenho e o desenvolvimento integral do estudante, buscou-se compreender a corresponsabilidade educativa sob perspectiva teórica e documental.

A análise realizada permitiu constatar que a relação escola–família constitui elemento estruturante da formação do sujeito, não apenas no plano cognitivo, mas também nas dimensões socioemocional e ética. A legislação educacional brasileira reconhece explicitamente a educação como dever compartilhado entre família e Estado, reforçando o princípio da colaboração social. No entanto, a efetivação dessa corresponsabilidade depende de práticas institucionais concretas que promovam diálogo, escuta e participação ativa.

Os referenciais teóricos examinados indicam que a participação familiar impacta significativamente o processo de aprendizagem, sobretudo nos anos iniciais, período marcado pela consolidação da alfabetização e pela formação de hábitos de estudo. O acompanhamento das atividades escolares, o incentivo à leitura, o estabelecimento de rotinas e o suporte emocional demonstram influência positiva sobre o desempenho acadêmico. Contudo, a análise também evidenciou que tais impactos não podem ser dissociados de fatores estruturais, como desigualdades socioeconômicas e acesso desigual ao capital cultural.

Outro aspecto relevante identificado refere-se aos desafios contemporâneos que permeiam essa relação. Transformações na configuração das famílias, ampliação do uso de tecnologias digitais, efeitos da pandemia e tendências de responsabilização unilateral evidenciam que a parceria entre escola e família não ocorre de forma espontânea. Ao contrário, exige planejamento institucional, gestão democrática e reconhecimento das especificidades socioculturais da comunidade escolar.

Dessa forma, conclui-se que a relação escola-família, quando fundamentada no diálogo e na cooperação, favorece condições mais equitativas para a aprendizagem e para o desenvolvimento integral do estudante. Entretanto, sua consolidação depende de políticas públicas consistentes, formação docente voltada para a mediação comunitária e estratégias institucionais que superem práticas burocráticas e excludentes.

Como limitação deste estudo, destaca-se o fato de tratar-se de pesquisa exclusivamente bibliográfica e documental, o que não permitiu a análise de experiências empíricas específicas

em contextos escolares determinados. Nesse sentido, recomenda-se que investigações futuras realizem estudos de campo que examinem práticas concretas de parceria entre escola e família, possibilitando aprofundamento da compreensão sobre os desafios e potencialidades dessa relação.

Por último, ressalta-se que a efetivação de uma educação de qualidade nos anos iniciais do Ensino Fundamental pressupõe a articulação permanente entre escola e família, reconhecendo que a constituição do sujeito ocorre a partir de um conjunto de interações sociais e institucionais. Nessa perspectiva, a corresponsabilidade educativa não se configura como mera transferência de responsabilidades, mas como um princípio de cooperação essencial para o fortalecimento e a continuidade do processo de aprendizagem.

REFERÊNCIAS

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.

BERGER, Peter L.; LUCKMANN, Thomas. **A construção social da realidade: tratado de sociologia do conhecimento.** 36. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

BOURDIEU, Pierre. **Os três estados do capital cultural**. In: NOGUEIRA, Maria Alice; CATANI, Afrânio (org.). Escritos de educação. 12. ed. Petrópolis: Vozes, 2011.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 23 dez. 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular.** Brasília, DF: MEC, 2017.

CUNHA, Leonardo Ferreira Farias da; SILVA, Alessandra Ferreira da; SILVA, Aparecida de Lourdes. **O ensino remoto no Brasil em tempos de pandemia: diálogos acerca da qualidade e do direito e acesso à educação.** Revista Com Censo, Brasília, v. 7, n. 3, p. 27-37, 2020.

DESSEN, Maria Auxiliadora; POLONIA, Ana da Costa. **A família e a escola como contextos de desenvolvimento humano.** Paideia, Ribeirão Preto, v. 17, n. 36, p. 21-32, 2007.

EPSTEIN, Joyce L**. School, family, and community partnerships: preparing educators and improving schools.** 2. ed. Boulder: Westview Press, 2011.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa.** 25. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GIDDENS, Anthony. **Modernidade e identidade**. Rio de Janeiro: Zahar, 2002.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

LIBÂNEO, José Carlos. **Didática**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2013.

NÓVOA, António. Professores: **imagens do futuro presente.** Lisboa: Educa, 2019.

OLIVEIRA, Cláudia de; MARINHO-ARAÚJO, Claisy Maria. **A relação família-escola: intersecções e desafios.** Psicologia Escolar e Educacional, São Paulo, v. 14, n. 1, p. 99-108, 2010.

PARO, Vitor Henrique. **Gestão democrática da escola pública**. 4. ed. São Paulo: Ática, 2012.

SAVIANI, Dermeval. **Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações.** 11. ed. Campinas: Autores Associados, 2011.

SOUZA, Ana Paula; SARMENTO, Teresa Jacinto. Participação parental e desempenho escolar: contribuições da literatura contemporânea. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 39, n. 144, p. 1-18, 2018.